

Representação, repetição: perspectivas para uma leitura literária brasileira

Representation, repetition: perspectives for a brazilian literary reading

Roberto Sarmiento **Lima**

Professor Associado da Universidade Federal
de Alagoas.

sarmentorob@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-2111-5790>

Recebido em: 5/3/2019.

Aceito para publicação em: 24/6/2019.

Resumo

A fim de evidenciar a necessidade de conceber uma teoria da literatura afinada com a agenda interpretativa literária brasileira, a representação e a repetição, vistas como categorias mediadoras do entendimento da realidade textual, atuam em conjunto com fatores sociais e culturais especificamente vinculados a essa literatura. Tal modo de observação, mais do que atender a um primado epistemológico, busca considerar, como dominante da análise, as peculiaridades do texto que, entrevistas no ato de compor, dialogam com o seu entorno histórico-social.

Palavras-chave: Representação. Repetição. Contexto social brasileiro.

Abstract

Aiming at stressing out the need to conceive a literary theory in tune with the Brazilian literary interpretive agenda, representation and repetition, seen as categories which mediate the understanding of reality presented in the texts, act together with the social and cultural factors specifically related to this literature. In addition to responding to an epistemological primacy, such observation mode seeks to consider, as the dominant moment of the analysis, the text peculiarities which, seen in its composition act, dialogues with its socio-historical environment.

Keywords: *Representation. Repetition. Brazilian social context.*

“Entre areia, sol e grama
o que se esquiva se dá,
enquanto a falta que ama
procura alguém que não há.”

(“A falta que ama”, de Carlos Drummond de Andrade)

Representação: Substituição e Reapresentação

O estudante de chinês, depois de abordado por policiais na fila do check-in de um aeroporto, enquanto se preparava para uma viagem de estudos à China, foi bater numa delegacia, ainda que não soubesse, nem de longe, por quê. Lá, detido numa sala asfíxia, sem janelas, separada de outra por uma rede divisória, da qual partiam vozes entrecortadas que mal se ouviam — uma, vinda do delegado, a quem o estudante, aturdido, estava, momentos antes, prestando um depoimento raso e desconexo, e a outra voz, de uma delegada que inopinadamente surge em cena —, ele, mantendo-se de ouvidos colados à parede, não entendia por que estava detido; afinal, segundo declara de imediato, iria apenas à China para aprimorar o mandarim. Disso tudo pôde apenas compreender, como regra de sobrevivência, que o argumento, além de insuficiente, não lhe dava mais nenhuma possibilidade de defesa. Restava-lhe só imaginar a razão do seu aprisionamento injustificado, tentando ouvir as vozes da sala contígua.

Imaginar seria, pois, a saída para quem não consegue *participar*, ver de perto, compartilhar, interagir ou simplesmente agir. Uma impotência e uma falta de ação marcam o momento. Imaginar é, de certo modo, representar; mas representar por *compensação*, conforme se infere pelo que o narrador diz:

A julgar pelo que consegue ouvir com dificuldade, e cujas lacunas *compensa com imaginação* e pensamento positivo, mais parece a voz providencial de uma autoridade passando um sermão no delegado. (CARVALHO, 2013, p. 58; o grifo é meu)

Esta é uma sequência do romance *Reprodução*, de Bernardo Carvalho (2013), em que, da melhor maneira possível, se põe em relevo, por discreta autorreferencialidade, uma alusão à forma empregada. Uma vez ressaltada, a imaginação do estudante de chinês, pondo-se como intermédio ou no lugar das vozes que a personagem supõe ouvir

pela “divisória ordinária” (p. 58) a separar as duas salas, confere a ele mesmo, por esse recurso, a possibilidade de representar. Mas não é só isso: é também dizer *como* (imaginando) e *por que* representa (pela impossibilidade de agir efetivamente). Nessa narrativa, a representação desponta, pois, como meio de tentar resolver, por compensação, um problema experienciado (no caso, um problema que se dá no plano da diegese); e, esteticamente, reafirma um modo de composição que se mostra válido até hoje, quando se pensava, para espanto nosso, que a modernidade já havia suficientemente questionado e relegado a categoria para o terreno das coisas inúteis. Contudo, para o filósofo de arte Arthur Danto, por exemplo, ao rever, por um atalho nietzschiano, os fundamentos da poética clássica dos gregos, o conceito retorna novamente aos protocolos de escrita e à agenda dos debates:

Assim como antes, no momento culminante do ritual Dioniso aparecia, mas não literalmente e sim por intermédio de alguém que o representava. Nietzsche pensava que o herói trágico era uma evolução dessa remota epifania por delegação — e este é o segundo sentido da representação: *algo que está no lugar de outra coisa, assim como nossos representantes no Congresso são nossos delegados.* (DANTO, 2005, p. 56; o grifo é meu)

Para Danto, representar pode ser um caso de “substituição”: outro assume o corpo e a voz de quem poderia ou deveria estar ali e não está. Acrescento, por conta própria, que, nesse ato, bem pode colaborar o operador da imaginação, a qual, requerida pelo estudante de chinês, não se confunde, entretanto, com idealização: é tão somente um meio de compensar a falta. No que toca ao tratamento dado ao conceito evocado pelo filósofo, representação constitui, no mesmo sentido que Nietzsche usou para tratar da origem da tragédia, um caso de substituição (“algo que está no lugar de outra coisa”, reafirma Danto). Ou seja: se representar é também substituir, isso se dá *por delegação*, conforme se lê no fragmento, sim, por permissão dada e conferida a outrem. Ou, em situação mais restrita ainda, por impossibilidade mesma de o próprio interessado, seja na cena, seja no discurso, poder atuar livremente — é o caso, sem dúvida, do estudante de chinês. Eis que Arthur Danto, referindo-se ainda a um episódio da vida civil — a representação política do povo no Congresso —, lembra que a representação em geral se dá como uma ação prática, que aqui se liga diretamente, dado o meu objetivo

investigativo, a certo contexto da vida corrente, podendo ocorrer em qualquer lugar em que existam as condições para tal.

Estendendo o sentido do termo — seja mantendo o próprio termo “representação” (Danto), seja o seu correlato, “compensação” (Bernardo Carvalho), ou mesmo utilizando o termo usado por Nietzsche, “substituição”, nesse longo percurso que vai da tragédia grega aos nossos dias —, dá para perceber que em todos eles se salienta, invariavelmente, a ideia de uma *falta* (“a falta que ama / procura alguém que não há”, diz o poeta mineiro numa sutil nota de autorreferência poética). Entretanto, segundo meus propósitos, a falta que interessa muito particularmente à discussão não tem relação exclusiva, ou prioritária, com seu sentido estético: é, antes, conceito com que se permite vislumbrar a ordem das motivações da sociedade e de seus princípios de regulação e autorregulação. Como categoria de análise de sociedade, a representação atende à garantia da própria existência e manutenção do grupo social, conforme pretendo mostrar mais adiante.

Assim, chegando mais perto do problema que quero focalizar dentro desse tema geral, ressalto que condições existenciais sentidas na fala das personagens, como falta, carência, necessidade, são, nessa implicação de mão dupla, conceitos que, no limite e antes de tudo, levam à capacidade de imaginar, visível na observação do contexto do romance de Bernardo Carvalho que aqui serve de mote. Imaginação que se entrevê na solução provisória encontrada pelo estudante de chinês — por isso mesmo talvez insatisfatória —, numa tentativa sua de superar as dificuldades de recepção e compreensão do fato. Fato que o aflige e cujas motivações ou dispositivos lógicos ele desconhece:

Como ouve ainda menos o que o policial responde, o estudante de chinês prefere imaginar que ali se esboça uma solução do problema [...] a ter de encarar a triste realidade que no fundo se configura a despeito de suas esperanças. [...] E, assim como é incapaz de reconhecer os tons em mandarim, só lhe resta imaginar, agora na sua própria língua, *por conta de uma deficiência da realidade*, com o ouvido colado à divisória ordinária, o que deseja ouvir na sala ao lado. (CARVALHO, 2013, p. 58; o grifo é meu)

As dificuldades decorrentes do fato, para todos os efeitos obscuro, são demonstráveis em realidades a que falta alguma coisa: então, como está dito, o que se

tem mesmo e sempre é, com efeito, “uma deficiência da realidade”, expressão que indicia também um requisito da discursividade do romance, uma qualidade da própria escrita, da qual fazem parte contrassensos, interrupções, lacunas, desvios de raciocínio, prejuízos de progressão temática. Nesse material se veem representados os altos e baixos experimentados pela personagem atônita. Trata-se, pois, de uma falta que o estudante de chinês percebe haver no mundo representado — um vazio categórico, intransponível —, sim, sem dúvida, em tudo que é parte, como ele mesmo diz:

Chinês nasceu pra explorar os outros. Pra cometer abuso de autoridade. E não é pra menos. *Vida na China não vale nada. Aqui? Aqui também não*, mas pelo menos a gente fala a língua. (CARVALHO, 2013, p. 23; o grifo é meu)

Mas trata-se também de uma falta sentida na expressão que, se de algum modo compensa o que a realidade deixa de apresentar (“pelo menos a gente fala a língua”), se encontra de braços dados com o reconhecimento de que aquilo que se pode entender como falência do ato de representação é, na verdade, o seu modo possível, fiel à realidade que pretende capturar e cujos nexos entre língua e realidade, sem garantia alguma de um feliz enlace, corroem a velha noção de mimese que prevaleceu no realismo do século XIX. Surpreendentemente, porém, o texto propõe que a mimese, indo muito além do seu sentido clássico (ou seja, “a língua do passado”), só é possível nos termos da “língua do futuro”, uma espécie, no entanto, de repetição que, contrariada por não encontrar via alternativa, é a única que se pode conhecer. Pois dizer o contrário ou iluminar a contradição do que até então se dizia ainda é representar e repetir o inescapável modelo, mesmo por outra sintonia:

O quê? Sim, estou há horas querendo dizer alguma coisa. Como, o quê? Meu voo sai às seis. Afinal, que língua é essa? Nenhuma contradição. Está aí uma palavra que não vai existir na língua do futuro. Coerência também não. [...] Olhe, eu também não sabia e agora já sei. E é por isso que tudo o que o senhor disser não vai valer mais a pena ser dito na língua do futuro. (CARVALHO, 2013, p. 52)

A perplexidade que trava quase por completo a personagem (“Sim, estou há horas querendo dizer alguma coisa”) é mais da ordem da fala do que da realidade, que

ainda é previsível (“Meu voo sai às seis”); esse é o choque que a literatura contemporânea passa ao leitor: deixar de representar é impossível (porções de linguagem realista ainda são possíveis e certamente inevitáveis); apenas os seus recursos de linguagem — os desvios de língua que asseguram a presença da oralidade na escrita, as interjeições, as perguntas fáticas, a sintaxe aparentemente descuidada e espontânea — não credenciam mais confiar na analogia entre palavras e coisas, como um dia o realismo confiou, porque as considerações feitas parecem nascer no momento mesmo da escrita, numa simultaneidade entre o fato e o ato de linguagem. Sem tempo para a reflexão, o mundo aparenta ser contraditório ou até ilógico, mas nada espantoso:

[...] *A língua do futuro vai dizer sempre o contrário*. O assassino vai clamar por justiça, na língua do futuro. O racista vai exigir seus direitos, na língua do futuro. O fascista será o porta-voz da democracia, na língua do futuro. O ódio em nome do amor, a morte pela vida, na língua do futuro. *Dramático? Que nada!* (CARVALHO, 2013, p. 52; grifos meus)

O drama, se é que há, é que as coisas e as palavras não se correspondem mais, ou, antes, pode-se, sim, dizer que (Baudelaire à parte, por favor) se correspondem — o que é mais acertado dizer, em termos de uma prática social —, mas a correspondência se dá de modo invertido: “A língua do futuro vai dizer sempre o contrário”, sentencia com suposta perspicácia o estudante de chinês, num ímpeto que pode ser um rasgo claro de consciência em meio à barafunda instalada com a sua inexplicável detenção na delegacia, impedindo-o de viajar à China. O futuro — talvez seja esta a ironia máxima do romance de Carvalho, visto que o futuro já é o presente que se mostra — anuncia-se como uma modalidade discursiva presente que assim se oferece por meio da presentificação dos dados tratados no enredo. O discurso, ao repetir os mesmos elementos, atribui a eles ares de realidade, aqui e agora e depois e mais tarde, confundidas todas as instâncias temporais. Regidos os fatos pelo princípio de inadequação entre coisas e palavras, pouco importam as diferenças: “Na língua do futuro, o senhor vai poder dizer o que quiser, sem consequência, nem responsabilidade, nem contradição” (CARVALHO, 2013, p. 52). Daí — sem lugar para o debate e a contradição —, daí a insistência para que tudo se copie na presentificação do real, repete-se o que já se sabe:

Ela tinha descoberto que nenhuma professora da escola ganhava tão mal quanto ela. Foi pedir aumento e a dona da escola, chinesa dinheirista como todo chinês, e nisso não vai nenhum preconceito, pelo amor de Deus!, *está nos jornais, leia as reportagens!* (CARVALHO, 2013, p. 28; o grifo é meu)

Bem a esse propósito, posso aludir a outra camada da representação, a *reapresentação*, também lembrada por Danto, ainda dentro de uma alusão à teoria da origem da tragédia de Nietzsche:

Cabe lembrar primeiramente que os rituais dionisíacos eram celebrações orgiásticas, em que os participantes buscavam alcançar, mediante embriaguez e práticas sexuais, um estado de frenesi geralmente associado a Dioniso. [...] A ideia, em resumo, era entorpecer as faculdades racionais e as inibições morais para demolir as barreiras do ego até que, no clímax, o próprio deus se fazia presente para os participantes. *Havia a crença de que em todas as ocasiões o deus se fazia literalmente presente*, e este é o primeiro sentido da representação: uma *(re)apresentação*. (DANTO, 2005, p. 55–56; o grifo é meu)

Sem querer limitar a observação feita pelo estudante de chinês sobre tal procedimento mimético — mesmo com todas as implicações que isso possa ter na pintura certa da degenerescência e falência do mundo contemporâneo — a uma questão estética estritamente figurativa das contradições do nosso tempo (“tudo o que o senhor disser não vai valer mais a pena ser dito na língua do futuro”), lembro que, primeiro, a justa falta de correspondência entre os conceitos e o mundo e, segundo, a aparente falta de rigor no enquadramento da realidade nos planos da linguagem efetiva da comunicação diária (algo que *Reprodução* parece tematizar muito bem) sempre funcionaram à perfeição na vida social e prática do país, ainda que isso possa parecer inacreditável.

Representação: Repetição

Então, como quero mostrar — esta é a segunda parte da exposição —, o conceito acaba de aterrissar na história que nos compete verificar, no contexto social brasileiro; e

o rumo da análise, a partir deste momento, alterando a força dos seus encaminhamentos iniciais baseados em uma teoria literária de pendor universalista, focaliza e aprofunda o solo histórico da presente investigação.

No contexto histórico da formação do Brasil impõe-se certa modalidade de representação ou, se se quiser, de *realismo* (palavra que uso agora como correlato objetivo do termo-chave da pesquisa), aquele realismo que, em razão de interesses individuais ou de grupos, é capaz de gerar a extrapolação do que comumente é tido por real, dando-se uma desconexão entre a palavra e o conceito (como se vê, por exemplo, em “O fascista será o porta-voz da democracia, na língua do futuro”). Machado de Assis disse uma vez numa página de crítica que “a realidade é boa, o realismo é que não presta para nada” (ASSIS, 1997, p. 830). Ou seja: o método realista de composição é, por esse viés, especialmente infeliz, limitador das prerrogativas da liberdade de quem escreve, podendo até induzir a uma babel terminológica e conceitual, se é que essa afirmação não foi mais uma das *boutades* machadianas, criticando seus contemporâneos realistas e naturalistas, positivistas na sua maioria, sem que ele mesmo efetivamente tivesse podido se afastar muito de tal receituário. Mas, parecendo não haver dúvidas, é também especialmente feliz essa mesma expressão, se isso estiver querendo dizer, por outro lado, que a representação, como categoria metódica, incomoda como uma pedra no calçado a composição do texto, fazendo desconfiar, como instância artística, da sua legitimidade.

No entanto, mais do que pensar o problema em termos estéticos, saliento que a representação, tal como a pretendo ver, consiste, legitimamente, em um modo possível de enxergar a realidade brasileira; e, no caso da literatura brasileira, pode significar um modo de falseamento dessa realidade — necessário, inescapável, gerador das nossas contradições insolúveis — na hora de avaliar os fatos que se sucedem na vida prática, desde mesmo a mais comezinha das cenas do cotidiano até as altas elucubrações das personagens. Problema de cultura colonizada, o espelho em que se mira o país é o primeiro empecilho para a sua aspiração identitária modernizante; ou, então, o moderno, entre nós, é essa permuta insensata de sentidos contrários e contraditórios que passam até por naturais. Tudo, aqui, parece reflexo invertido — emperrado, diria melhor — de um real que é, no nosso imaginário de submissão a modelos estrangeiros, até tido por melhor, mais avançado, mais consistente ou mais correto e desejável, mas a cuja sombra

ou proteção reafirmamos nossa gostosa dependência, preferindo que se mantenha mesmo o espelho invertido.

A propósito, o alferes Jacobina, do conto “O espelho”, de Machado, só sente verdadeiro alívio quando, vestido com a farda militar, se enxerga perfeitamente bem no reflexo da sua imagem, ou seja, só fica feliz diante da acomodação das coisas que já conhece e domina, em que tudo — homem e farda, indivíduo e instituição à qual serve — parece repetir os dados do real objetivo, sem interrupções. Enquanto o alferes não se divisa como tal, com todo o realismo imposto por sua farda, perde-se na sombra de borrões e traços nebulosos. Não foi dito que *aquele espelho* tinha chegado aqui com “uma das fidalgas vindas em 1808 com a corte de D. João VI”? Pois bem, o outro, embora por vezes até idealizado, assusta mesmo. Ou seduz, com a força do poder econômico que tem, o que, na prática, é assustador, sem dúvida.

E esse detalhe que não passou despercebido a Machado de Assis. Lá no seu século e do dele para a nossa “língua do futuro”, persiste ainda entre nós a ideia de dependência, mesmo mais maduras as condições materiais de produção e reprodução da vida social e econômica. O Brasil, como o alferes, só se sente confortável, no trilho certo, quando se mira no espelho invertido. O Brasil se tem visto refletido nesse espelho, mas por miopia estrutural, porque é assim que julga vencer o atraso: com a imitação superficial, e contraditória, de ações modernizantes. Afinal, a casa da fazenda, “cuja mobília era modesta e simples”, é pobre; mas o espelho é majestoso, “obra rica e magnífica, que destoava do resto da casa”. Nosso realismo é, assim, um baixo realismo e, conseqüentemente, a representação é manca, porque antes de tudo é manca a visão que o Brasil tem de si próprio. Conformado a repetir gestos conhecidos, sem discuti-los, Jacobina, ao espelho, não é Jacobina, mas o alferes, sua máxima representação, sem saber o que se passa do outro lado do Atlântico, ficando ele reduzido à sua estatura vulgar e ao seu cabedal de conhecimentos mais terra a terra, sem que precise desenvolvê-los de lavra própria. Ou, como diz o estudante de chinês de *Reprodução: “Prefere que eu não tenha ideias próprias?”* Tudo bem. Desculpe, não vou repetir *mais*” (p. 152, o grifo é meu). Pode-se dizer que, no plano econômico avançado, o Brasil também prefere a repetição:

Nos dias de hoje, está em discussão a possibilidade de o Brasil produzir sua própria televisão digital ou *copiar* o que está disponível internacionalmente. Uma terceira

opção, variante da primeira, seria entrar num consórcio científico–tecnológico com a China. A posição do ministro da Fazenda, o hoje controvertido Antonio Palocci, é de que não vale a pena, pois exigiria bilhões de real de investimentos para um retorno precário. (OLIVEIRA, 2013, p. 140; o grifo é meu)

Entre produzir e copiar, tal como acontece na esfera econômica dos chamados “países ou sistemas capitalistas subnacionais periféricos” (a expressão é de Oliveira), ficamos com a cópia, com a reprodução (informa Bernardo Carvalho, em primoroso recado estético): afinal, sai mais barato; disfarça-se, assim, a contradição do capitalismo dependente e sobrevive o capital periférico; nesse ínterim prospera a imaginação de uma suposta soberania nacional, no âmbito da produção industrial de ponta; e a capacidade de exportar seus produtos, por fim, confunde-se, entre nós, com a condição de serva da realidade alheia (o que Oliveira chamou de “quimera perigosa”, em nota de rodapé, na página 140 do livro citado). Do ponto de vista social e econômico, o barateamento (nos dois sentidos do termo) da operação termina por cobrar um preço alto, uma vez que a repetição — ou o estímulo à cópia — “reitera os mecanismos de dependência financeira externa” (p. 139), fazendo do que já existe lá fora uma matriz inviolável, pela sua proteção comercial, não perdendo por isso mesmo seu valor predominantemente competitivo no mercado internacional. Nesse circuito resta apenas, para a marcação do território de brasilidade dos nossos atos, o sentimento de compensação diante dos riscos de investimentos capitalistas arrojados.

Assim, mais vale o alferes do conto machadiano adaptar-se à condição de só se olhar ao espelho enquanto estiver de farda, *repetindo-se a si próprio*, sob a aprovação plácida do valor institucional, do que ter de enfrentar os riscos nebulosos da realidade e os da enigmática solidão a que Jacobina, depois da viagem da tia Marcolina, seguida da fuga dos escravos da fazenda, se viu perigosamente exposto, acompanhado apenas de “galos e galinhas” e de “um par de mulas, que filosofavam a vida, sacudindo as moscas”. Como sugere essa passagem do conto, impera e vence, vitorioso, um abandono de si à própria sorte, entre animais no pasto, imagem correlata de uma precariedade de inteligência humana (entrevista nesse filosofar das mulas), em um meio rude e inóspito — situação que, se ganha em ironia, exorbita em adequações representacionais. Simbolicamente avulta, aí, a pátria, em seu estado mais emblemático, numa prova de resistência à passagem dos tempos. O Brasil, como Jacobina, torna-se espectador de si

mesmo, preferindo *imaginar* a *participar*, a interagir, compartilhar. Mais vale, pois, em *Reprodução*, o estudante de chinês, estupefato, dar explicações estapafúrdias e desconstruídas que nem sequer foram solicitadas pela autoridade, e dizer, quase orgulhosamente, que repete o que leu e o que se diz na mídia impressa e eletrônica, do que vir a manifestar a própria concepção de realidade (se é que ele tem alguma):

Os sionistas. Como? Não, nunca vi crente drogado. E daí? E daí?! Entenda, não tenho nada com isso. Não sou antissemita. Não fui eu que disse. Foi o vice-presidente do Irã. *Estou só reproduzindo o que eu li.* (CARVALHO, 2013, p. 29–30; o grifo é meu)

Não à toa, diante dessa miragem da matriz que vem de fora, o estudante de chinês defende a política internacional, ainda que se trate de temas complexos e, por isso, mal compreendidos por ele (que apenas repete o que dizem), tornando-se conveniente aprovar os excessos que vêm como exemplos do lado de lá: “Na China, não tem direitos humanos, certo? Ser humano não existe na China” (p. 33) ou “Os chineses vão abrir a portinhola e sair fazendo filho, que foi o que Deus mandou. Até Jesus vai falar chinês” (p. 35). O modelo pode exceder a sua plausibilidade, mas o que menos importa é coerência: afinal, “Brasileiro é burro” (p. 35).

Nessa troca e substituição de conceitos, os elementos de outras culturas se aclimatam por aqui, criando a sensação de artificialismo e inautenticidade na sua apresentação. A esse propósito mesmo, em um recuo de cem anos na história do país, Sevcenko, descrevendo o Rio de Janeiro no início do século XX, chama atenção para a necessidade de mascarar a indigência material do país com a prospecção de uma imagem de maior poder de atração — algo parecido com o espelho português que tia Marcolina exhibe, orgulhosamente, na sala humilde da fazenda e que depois, trancafiado na intimidade do quarto do sobrinho ilustre, vai servir de motor de resolução de conflitos. Por meio da imaginação compensatória, dado o modelo, encobre-se a sombra do passado arcaico — o espelho desloca-se da sala de visitas para o aposento, de modo a disfarçar as origens e a imitação que se faz da matriz sedutora — em prol de uma revitalização artificiosa do real, ou, melhor dizendo, de uma representação do real brasileiro, que deverá apenas parecer legítimo, quando, na verdade, se trata de uma reprodução:

O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então [...] As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns [...] As áreas pantanosas faziam da febre tifoide, do impaludismo, da varíola e da febre amarela endemias inextirpáveis. [...] *Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, vivendo no maior desconforto [...] E acompanhar o progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramentos da economia europeia.* (SEVCENKO, 2003, p. 40–41; os grifos são meus)

Numa sociedade de herança escravocrata, para a qual o esforço físico despendido nas relações de trabalho significava submissão e inferioridade, além de desgaste e, no limite, morte —, sobrepõe-se “o trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo” (HOLANDA, 1995, p. 83). Desse modo, uma atividade do espírito, como assim se chama vulgarmente, “pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros” (idem, ibidem). Corolário dessa maneira de ver a produção material e intelectual do país desde o período colonial, estendendo-se até hoje, “a verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais”, pois a pobreza mental, agravada pelo analfabetismo da maior parte da população naquela época, fazia ver que “inteligência há de ser ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e de ação” (idem, ibidem). Hoje, vencido em parte o analfabetismo mas não tanto assim o analfabetismo funcional, o brasileiro médio satisfaz-se em reproduzir o que lê e o que entende, sem que precise assegurar-se da validade daquele conhecimento, condição em que se dá grande crédito à palavra escrita, por si só uma espécie de representação, como fica claro nessa passagem de Bernardo Carvalho:

Sou brasileiro. Então, o Talmude — e não veja nisso nenhum preconceito, não é pessoal —, o Talmude é o responsável pelo tráfico de entorpecentes internacional. Não fui eu quem disse. [...] Pois está no jornal. [...] E daí? E daí?! [...] Não fui eu quem disse. Foi o vice-presidente do Irã. Estou só reproduzindo o que eu li. São argumentos dele. *Está nos jornais, nas revistas, na internet.* (CARVALHO, 2013, p. 29–30; o grifo é meu)

O estudante de chinês repete o que lê (“Não fui eu quem disse. Foi o vice-presidente do Irã”); ele representa, pois sua voz substitui a letra, assim como o Rio de Janeiro edulcorado dos primeiros decênios do século passado, imitando Paris, na arquitetura, nos costumes e na moda, representa um real que não lhe é próprio. Mas é esse realismo que, no final, vinga e se impõe na vida social e cultural diária, dando-se ao mesmo tempo por extrapolação (pensa-se superar as condições locais vigentes, porque isso, sim, faz parte da nossa capacidade de imaginar) e por desconexão entre as partes envolvidas (o imitante não é o imitado, mas um esgar que não resiste a uma análise mais funda do seu modo de produzir). O limite dessa operação — enquanto Jacobina sossega, julgando ter recuperado o domínio das coisas em volta — é, na outra ponta, a autodepreciação, por ficar claro que a representação, mais do que nunca, não raro é incômoda e agressiva, como se vê no início do conto “A lei”, de André Sant’Anna:

Eu não estou escrevendo. Eu só estou pensando que eu estou escrevendo. É que eu sou burro. Sabe por quê? Porque eu sou da polícia. E na polícia todo mundo é burro. Tem que ser burro para ser da polícia. Nessa polícia da qual eu faço parte. (Viu como eu pensei estar escrevendo bonito esse negócio de “da qual?”), só tem gente burra que nem eu. Nós, essa polícia, só sabemos mesmo é dar porrada, é fazer tráfico de arma. (SANT’ANNA, 2007, p. 34)

A passagem “Eu não estou escrevendo”, negando a realidade mesma da escrita que o narrador de primeira pessoa indiscutivelmente executa, serve, pelo inusitado da frase, para escancarar o artifício da representação em face da própria atividade que é escrever. A negação torna viva — se não surpreendente — a diferença e a contradição existentes entre as classes no Brasil: afinal, quem escreve ou pode escrever? quem pode escrever literatura? Avulta assim, o caráter postiço da atividade e expõe a ferida da representação, que, ao menos contemporaneamente, vem sendo discutida com gravidade e quase desespero, durante a própria formulação do problema (que é social, mas por isso mesmo, em se tratando de estar presente na literatura, é estético também). Parece que a literatura das últimas décadas forjou um realismo expressivo, violento (não, evidentemente, tem a ver com o realismo cálido do século XIX, nesse sentido de aceitar de bom grado a representação, a substituição da voz do pobre pela voz do intelectual bem colocado na vida, como se isso fosse natural). Agora, nos termos atuais, ou se age

como Sant'Anna, cujo narrador reclama da literatura e dessa escrita que artificializa a voz, sendo conveniente, por isso, xingar e dizer que não escreve porque é “burro”; ou se faz como Bernardo Carvalho, que admite frontalmente que, para escrever, é melhor reproduzir o que se lê nos jornais e na internet, sem maiores transtornos afetivos ou intelectuais.

Esse realismo (já chamado de “novo realismo”) procura provar que a estratégia da representação, se não pode ser descartada, é tormentosa, afetando, por fim, o enunciado e a disposição histórica dos objetos (“E na polícia todo mundo é burro. Tem que ser burro para ser da polícia. Nessa polícia da qual eu faço parte”). No Brasil, assumir o lugar do outro — assim como a paisagem da cidade do Rio, no início do século XX, devorou e macaqueou o modelo parisiense de urbanidade — é um ato civilizatório caracteristicamente brasileiro e, ao que parece, não pode ser de outro jeito, dado o nosso reconhecimento tácito da submissão ao modelo de prestígio. Afinal, como disse Sevcenko, “Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura”, embora insalubre e insegura ela continuasse. Até hoje. A transfiguração do real, para o bem ou para o mal (pensemos em José de Alencar, ontem, e em André Sant'Anna, hoje), é uma questão de imagem: como operamos a representação, na qual tudo o que é representado só o é e da forma como é, como diz o estudante de chinês, “por conta de uma deficiência da realidade” que precisa ser, num caso, *reparada* (é o caso mesmo de Alencar, que idealizou o espaço cultural e geográfico em sua obra, ou o prefeito Pereira Passos, que fez do Rio de Janeiro uma Paris tropical) e, no outro, *duramente reconsiderada* (André Sant'Anna, Bernardo Carvalho, os exemplos colhidos aqui).

Desse modo, o entroncamento da capacidade discursiva do texto, fundamentada na velha concepção mimética, leva ao reconhecimento de que, com o seu questionamento de legitimidade, não interessa, de per si, o princípio estético-filosófico confiante em seus parâmetros universais. Não se trata, pois, de uma representação que, como queria Auerbach, promovesse uma volta à própria essência do texto ou disso obtivesse uma restauração do real no texto. Sobre isso, pode-se sempre perguntar: é possível voltar a “sus colores originales”? (DE LA SERNA, 2003, p. 404). Acredito que não. O que interessa, sim, sem desprezar, contudo, o componente artístico dessa configuração de linguagem, é fazer ver, acima de tudo, a singularidade da experiência cultural do Brasil refletida em sua literatura — sua impostura e artificialismo —, razão

por que urge, já com muito atraso talvez, pensar uma teoria literária amparada no solo da pesquisa historiográfica brasileira.

Representação: Compensação

Já que Danto teve a felicidade de relacionar a representação com a modalidade específica da representação *por substituição*, pela qual os políticos, vistos como “nossos delegados”, substituem o povo no Congresso, trago ao debate, nessa ilação de fatores, a lembrança de outro escritor brasileiro, pensador obsessivo das coisas daqui, Lima Barreto, que, no romance *Numa e a ninfa*, focaliza ironicamente um zé-ninguém de nome pomposo, Numa Pompílio de Castro, que, só pelo nome, já revela a sua afetação e falseamento provocados pelo fenômeno da representação tipicamente brasileira. Numa Pompílio torna-se deputado federal, na época de Hermes da Fonseca; ascende a essa posição graças a um casamento de conveniência e à ajuda do sogro, Neves Cogominho, a ponto de um dia um jornalista, referindo-se ao rapaz, confundir-se e achar que ele era um parente consanguíneo, não o genro: “O sr. Numa Cogominho parece ter esperado o momento azado de revelar-se” (BARRETO, 2017, p. 45). Fato muito comum na vida nacional desde sempre, o investimento pessoal de Numa se deu no âmbito dos estudos superiores e no da bajulação dos mais fortes: “desprezado pelos doutores, percebeu logo que era preciso ser doutor fosse como fosse” (p. 48), “fazendo de sua vara de juiz alfanje de emir, obediente aos desígnios de Neves Cogominho” (p. 50). O seu casamento por interesse com Edgarda (“Esperava, com rara segurança de coração, que o casamento lhe desse o definitivo empurrão na vida”, p. 51) e a sua chegada à esfera política — com a nota de que era “o deputado ideal” (p. 43), o que nunca falta ao serviço, mas que fica “a dormir na sua bancada” (p. 43), e que, por isso mesmo, já se sabendo “de antemão a sua opinião, o seu voto” (p. 43), sem causar mal-estar a ninguém, cuidando para não se fazer notar — revelam, na personagem-título, um premeditado e bem urdido esvaziamento de personalidade. Numa não é Numa (assim como Jacobina não é Jacobina, é o alferes): é uma representação, uma *representação de posições sociais* a que se aspira numa sociedade como a daquele tempo, principalmente, e numa sociedade ainda como a nossa, atualmente, na qual casamentos desse tipo servem para alavancar destinos pessoais, mesmo em meio a outras possibilidades de enriquecimento.

Por sua vez, já em outra ponta da história do país, cem anos depois, o estudante de chinês, cujo nome em nenhum momento é citado na economia do livro (em flagrante caracterização de personagem, em tudo oposta à de Numa Pompílio de Castro, que evoca o segundo imperador da Roma monárquica), mantém, pode-se dizer, a capacidade para substituir-se a si mesmo. Se Numa de Castro quis ser deputado, mas não encara seriamente a profissão, apenas porque quis subir na vida sem maiores esforços, ou, pelas palavras de Lima Barreto, desejou simplesmente “encarregar-se” (BARRETO, 2017, p. 51), o estudante de chinês, desenhado por Bernardo Carvalho, vai estudar mandarim e “insistir numa língua que ele não tem a menor condição de aprender [...] Uma língua na qual ele pode no máximo supor os sentidos e deduzir os tons” (CARVALHO, 2013, p. 58).

Nos dois casos, Numa, de Lima Barreto, e o estudante de chinês, de Bernardo Carvalho, vê-se estrondosamente um fiasco de existência completo: uma mistura de superficialidade, autoengano — mas também, ou, sobretudo, esperteza (em seu nexos negativo) — e aspiração social por tudo assimétrica à própria capacidade de ocupar postos de trabalho. Isso porque os acometem certa arrogância e um desejo vazio de ascensão social — espécie de compensação para a falta que define essas duas personagens, e certamente outras, ou quase todas as personagens da prosa brasileira, se não for igualmente arrogante afirmar isso. Não é demais lembrar que, em *Numa e a ninfa*, é a esposa Edgarda quem, por suposição inicial, escreve os discursos que ele lê na Câmara. Numa Pompílio, memorizando os textos que ele não escreve — um caso claro de representação por substituição —, irá declamá-los para o público, para, assim, marcar presença e cumprir sua função social. Mais um ato de representação, ou substituição: aquele que escreve não fala; quem fala não escreveu o que fala. O estudante de chinês, por seu turno, não fala chinês nem nunca aprendeu de fato, nem nunca aprenderá, mas tem certo na mente que, do ponto de vista social e profissional, deve aprender “a língua do futuro”, porque, “um dia, todo mundo só vai falar e entender chinês”.

O herói de Lima Barreto e o de Bernardo Carvalho estão metidos numa ação cujo significado se reduz a uma vaga experimentação de progresso social, mas cuja engrenagem e realização apenas fingem conhecer, na esperança de que tal atitude os salve do inteiro anonimato e da rejeição impiedosa da sociedade. Ambos se apoderam, pois, do que não dominam: de um lado, a escrita de Edgarda e o exercício efetivo requerido pela função de deputado federal (é bom lembrar que Numa dorme durante as sessões, alheio ao que se passa a seu redor, por incompetência de se envolver

diretamente com a situação ou por indiferença sua diante dos fatos), enquanto, pelo que se lê no outro romance, a aprendizagem do chinês para sabe-se lá o quê é também só uma pantomima para aquele homem acuado pela polícia. Enfiados até o pescoço no terreno nebuloso da falta, resta-lhes, como estratégia de sobrevivência, confiar no fenômeno da representação, que é um modo de burlar a realidade, modo dicotômico de pergunta e resposta entre atores sociais — o imitante e o imitado. Não faltou essa percepção a Sílvio Romero, que, aliás, em tempos que já poderiam ter sido superados, chamou de “atores” esses nossos patrícios na arena política, envolvidos todos numa “comédia” de costumes:

O nosso constitucionalismo [parlamentar], apesar de alguns benefícios que prestou ao país, não passou de uma *comédia*, cujos papéis eram distribuídos a limitado número de *atores* e a cujo desempenho o grosso da nação nem em sonhada miragem assistiu. (ROMERO, 1978, p. 171; grifos meus)

Para a eficácia da operação representacional, intui-se a exigência do apagamento da sombra — a mesma sombra do espelho de Jacobina a perturbar a visão que se tem do país, vamos dizer assim, alegoricamente —, sombra que, perturbando mais incitando também uma visão mais aguda do fato problematizado, se interpõe nessa relação dual, cujas extremidades parecem não se tocar, salvaguardando-se o jogo das aparências. Para tanto, pois, não pode haver contradição (e, no entanto, a contradição existe, perturba e é percebida, embora negligenciada na “língua do futuro”, avisa o estudante de chinês), tida ora como um defeito de raciocínio, ora como um mecanismo capaz de provocar a desmontagem da farsa. Se isso acontecesse, graças à ação da contradição, esta poderia levar ao descrédito da própria representação, enquanto o enredo — tanto do romance quanto da vida social — precisa ser preservado, já que reproduzir parece ser a nossa peculiaridade cultural. Vejam-se os exemplos do estudante de chinês, de Jacobina, de Numa Pompílio de Castro, de Sílvio Romero, da reflexão de Sevcenko, do argumento econômico de Antonio Palocci... e quem mais apareça. Pois, só para lembrar Sérgio Buarque, afinado com esse espírito que sobeja na vida cultural brasileira — a que sua literatura não fica imune nem indiferente —, tudo parece se converter em “ornamento e prenda”, deixando de lado, como menor, o “instrumento de conhecimento

e de ação”. Deficiência encontrada na realidade? Pode ser. Mas é o caminho que vem sendo trilhado, devendo ser compreendido estrutural e historicamente.

Como diz o estudante de chinês ao delegado, a deficiência encontrada na realidade o põe a *imaginar*, o que funciona como estratégia de sobrevivência e que, no fundo, por isso mesmo, é regra de atitude e comportamento nesse tipo de cultura. Estupefato que anda com sua retenção na delegacia, supõe-se vítima de um sistema invisível e cruel que ele não compreende — uma ofensiva ao sistema representacional? —, apesar de bem informado sobre tudo (“A educação no Brasil acabou. Acabou mesmo! O nível está baixíssimo. Não dá pra conversar. Não tem interlocutor. Ninguém sabe nada. Tá difícil encontrar gente do meu nível. Sou um cara informado”). Isso denota que é preciso retomar os rumos confortáveis da representação, da qual, na verdade, o estudante é vítima, porque seu conhecimento de mundo se defronta com os limites que o próprio sistema de representação oferece (relembrando: Jacobina só se sente bem e com segurança naquele sítio abandonado quando volta a vestir a farda de alferes, a qual o compensa de tudo, da falta, da perda, do desconforto, da solidão).

A representação tem, assim, como seu correlato, em vida social, a *compensação*. Não é à toa que, adormecidos em seu métier, tanto o estudante de chinês, que não aprendeu essa língua nem aprenderá, quanto Numa, que assumiu o posto de deputado mas nada sabe da vida política, preferindo dormir nas sessões e não se envolver em discussões parlamentares, se sentem confortáveis e compensados ao representar seu papel (agora, no sentido teatral do termo), mas também desconfortáveis, quando aparece uma situação embaraçosa que os ponha em xeque, ainda que nos domínios mesmos da representação.

Ambas as personagens compensam sua falta de recursos, sua precariedade material e sua incapacidade efetiva para o trabalho que se propõem fazer com a sua imersão na representação, que pode passar por vários signos, como é comum no Brasil: Pátria, História, Natureza... A esse propósito mesmo, Antonio Candido, no mesmo sentido que venho sustentando, afirma, referindo-se aos momentos fundacionais da literatura brasileira, que esta, com seu leque de significações, *compensa* sua posição marginal em face do colonizador com a ideia de “natureza”, exaltada então, confundida com a noção de “pátria” — esse seria, conforme tento mostrar, um dos efeitos da representação, tanto em sua versão estética quanto em sua versão dada pelo contexto social brasileiro:

A ideia de *pátria* se vinculava estreitamente à de *natureza* e em parte extraía dela a sua justificativa. Ambas conduziam a uma literatura que compensava o atraso material e a debilidade das instituições por meio da supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social. (CANDIDO, 1988, p. 141; os grifos são de Candido)

Assim na literatura, assim na vida que se leva. São notáveis, desse modo, a subserviência do estudante de chinês a uma fábula que, típica do senso comum mas já suficientemente internalizada por muita gente do lado de cá, garante que o chinês será a língua do futuro (“Aliás, quero ver quem não falar chinês na hora que eles invadirem”), como também a subserviência de Numa Pompílio de Castro ao sogro e à esposa para poder se manter e continuar se mantendo no estrato social a que ele sempre aspirou (“faro de adivinhar onde estava o vencedor — qualidade que lhe vinha da ausência total de emoção, de imaginação, de personalidade forte e orgulhosa”). Seriam essas as camadas brasileiras responsáveis pelas mudanças sociais, em ações em que se misturam e confundem impostura e satisfação perversa com o *status quo* dominante com que se deixam representar e, nesse movimento, dirigem qualquer efeito simbólico na esfera da própria representação.

Representação: Degeneração

A imaginação, nessas personagens, é rasteira, ou quase rarefeita, confundindo-se, antes, com aspiração a um bem imediato, tal a importância que assume o peso da representação nessas duas personagens, Numa Pompílio de Castro e o estudante de chinês, tão distantes entre si no tempo, mas tão próximas, por representarem bem o papel de certo brasileiro, o tipo comum, o tipo ideal capaz de caracterizar a média humana aqui encontrada. Se Numa Pompílio é praticamente falto de “emoção” e de “imaginação”, o estudante de chinês, não mais bem aquinhado nesse sentido do que o primeiro, ainda recorre à imaginação, mas sabe que tal é inútil na vida prática:

Tudo começa quando o estudante de chinês decide aprender chinês. E isso ocorre precisamente quando ele passa a achar que a própria língua não dá conta do que tem a dizer. É claro que isso significa, também, que a possibilidade de dizer não está no chinês propriamente dito, mas *numa língua que ele apenas imagina, porque é impossível aprendê-la*. (CARVALHO, 2013, p. 9; o grifo é meu)

A história da representação, na literatura e no contexto social brasileiro, tem sido também a história do esforço despendido para acertar o passo com a ordem das coisas — por troca, substituição, compensação —, ainda que, nesse rol de tentativas e buscas, a intuição dos atores sociais envolvidos no fenômeno aponte ordinariamente para a dificuldade de entrosamento com o real, ou para a quase impossibilidade de um enquadramento eficiente desses mesmos atores no cenário em que gostariam de se ver instalados. Representar, substituir quem talvez pudesse fazer melhor no ofício ou na vida, não é problema. Isso porque, quando acontece (é o caso de Numa Pompílio), foi por uma exigência do próprio meio que assim deseja ver garantida a adequação dos seres e objetos a um propósito social, embora o crédito dado a isso possa ser até irrelevante. O negócio é ver funcionar relativamente bem, como sinal de coesão, a caixa de oportunidades sociais, essa maquinaria que parece estar acima das necessidades mais prementes da sociedade. Ainda que ao indivíduo seja facultado dormir no trabalho (Numa Pompílio) e fuja às suas responsabilidades efetivas, nisso não há aparente contradição, já que o sistema o permite e até estimula. A passagem que colhi do romance fala por si só desse estado de coisas:

Edgarda, depois de levar a xícara aos lábios, sorver um gole e descansá-la, observou:

— É preciso aparecer, Numa!

Com preguiça e mansidão, o marido objetou:

— Para que, Edgarda? Para que? Há lá tanta gente inteligente que não preciso incomodar-me.

— Eu — fez ela — se estivesse no caso de você, por isso mesmo é que me incomodava. Você tem vergonha?

— Não, ao contrário; sou até desembaraçado, mas... mas... preciso estudar.

— Pois então estude! Que dificuldade há? (BARRETO, 2017, p. 56)

Já no romance de Bernardo Carvalho, por outro lado, o sentimento de apatia mas de fingido interesse (que, de algum modo, é preciso demonstrar em situação de representação) do estudante de chinês é o mesmo que se vê em Numa, com a mesma superficialidade e arrogância:

Aqui tem wi-fi? Alguém tem que avisar! Está no Corão! O senhor não lê jornal mas lê o Corão! Isso é que importa. Lê jornal também? Ah. Não lê o Corão. Lê só jornal. Tudo bem. Os colunistas? Imbecis? Acha? [...] Sem querer ofender, o senhor não sabe nada. Fora essa história aí do Corão, que pra mim é novidade. Ah, é! Vou escrever. Eu sempre escrevo pra seção de cartas do leitor. Eu também tenho um blog. Estou no Facebook. Tenho muita opinião. (CARVALHO, 2013, p. 32-33)

Se Numa se serve dos discursos escritos por Edgarda — textos que, na verdade, são escritos por Benevenuto, o primo da mulher que, entre beijos e carícias adulterinos, lhe dá o escrito que ele mesmo compôs para que ela passasse tudo a limpo em outro papel, usando sua letra, para o marido enganado pensar que é ela mesma quem os escreve, numa demonstração clara de um ato de representação da representação, praticamente em *mise en abyme* —, o estudante de chinês, também representando, transcreve opiniões de internet, de blogs, para dar a entender também que é ele quem escreve e pensa aquilo mesmo que colheu, embora (ou justamente por isso) de maneira atabalhoada, já que finge, nem sempre muito bem, dominar os assuntos que coleta.

Correlativamente, é digno de nota constatar, na história social do Brasil, certas recorrências de representações, repetições e compensações que não se esgotam (é o que parece). Algo parecido se dá, por exemplo, com o movimento chamado Regeneração, promotor de revitalização urbana nos primeiros decênios do século XX, no Rio de Janeiro, então capital da República. Não à toa, abundam na história político-econômica do país nomes de movimentos sociais em que o prefixo “re”, indicativo de renovação ou de repetição, está presente, quando não recorrem ao adjetivo “novo” ou “nova” para se referirem a coisas que, supostamente, teriam feição diferente. Aí vem em socorro o Machado de Assis de *Dom Casmurro* que não me deixa mentir: Bento, na maturidade, comparando a casa em que viveu na infância e adolescência com a casa que mandou

erguer no Engenho Novo, feita à imagem e semelhança da primeira, e associando a casa a ele próprio, saiu-se com esta: “se o rosto é igual, a fisionomia é diferente”. Representação de representação — o rosto e a casa —, uma coisa não anula a outra, apesar dos esforços em contrário. Segundo esse modo de ver, tudo parece repetir, mas repete mal, porque falta sinceridade na representação, ou a representação padece mesmo dessa falta de sinceridade. O movimento da Regeneração, no Rio do começo do século XX, envolve um projeto de reformas urbanas, capaz de fazer a cidade velha reviver numa mais nova, civilizando-se com uma arquitetura que imitava a de feição francesa, demonstrada no alargamento de ruas e avenidas, para o deleite das elites da época, enquanto, ironicamente, “combinava com a certeza da ‘degeneração’ dos mestiços e da população pobre condenada pela ciência determinista” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 331; o grifo é das autoras). Alguém, portanto, sai em desvantagem nessa história toda: quem não sai aos seus degenera.

A desvantagem do estudante de chinês foi não saber explicar, com o mínimo de razoabilidade expressional possível, o motivo pelo qual queria ir à China, nem como desenvolver uma ação prática para que se livrasse do incômodo de estar numa delegacia para averiguações (de quê, ele também não sabe, muito menos o leitor); e, em razão de todo esse imbróglio, boa parte da massa verbal de *Reprodução* transforma-se em um emaranhado de informações que não se casam e criam o maior barulho de sonoridade e sentidos por meio do cruzamento frenético de argumentos que não se concluem ao lado de citações desencontradas. A pressão psicológica exercida sobre a personagem parece ser uma metáfora aproximada do que significa, no Brasil, viver com medo e insegurança, superficialidade, ressentimento e falta de chances na vida: um retrato em branco e preto do país, ao qual — é o que faz ressumar a leitura do romance — *falta* sempre um projeto objetivo e responsável de construção de sociedade, já que as impressões da personagem e os cacos de informação que ele dissemina ao longo do livro se sucedem ininterruptamente, a ponto de tirar o fôlego de quem lê (mais um indício, conforme já comentei, de que há pressa em registrar fatos, fazendo coincidir o tempo da impressão que a personagem tem do real e a representação que realiza no texto).

Assim, a representação — como procedimento estético e, paralelamente, intrincado um no outro, como significado social de ações peculiares a narrativas brasileiras — pode ser vista, entre nós, como uma categoria de análise proveitosa e instrumento de alcance heurístico capaz de revelar a singularidade de expressão dessa

literatura, fazendo reclamar um modo de abordagem que torne inteligíveis os meandros da formação da sociedade e o comportamento dos atores implicados nesse tipo de existência.

Referências

ASSIS, Machado de. A nova geração. In: ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p. 809–836.

BARRETO, Lima. *Numa e a ninfa*. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2017.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. p. 140–162.

CARVALHO, Bernardo. *Reprodução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

DANTO, Arthur. *A transfiguração do lugar-comum*. Trad. de Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

DE LA SERNA, Jorge Ruedas. El método de Antonio Candido. In: DE LA SERNA, Jorge Ruedas (Org.). *História e literatura: homenagem a Antonio Candido*. Campinas : Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. p. 397–415.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROMERO, Sílvio. Os novos partidos políticos no Brasil e o grupo positivista entre eles. In: CANDIDO, Antonio (Org.). *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. p. 167–194.

SANT'ANNA, André. A lei. In: SANT'ANNA, Sérgio. *Sexo e amizade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. rev e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.